



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin - Governador

Poder
Executivo
seção II

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 4.500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2193-8000

Volume 127 • Número 103 • São Paulo, sexta-feira, 2 de junho de 2017

www.imprensaoficial.com.br

Conselho de Transparência atua para assegurar o direito à informação

Transparência. Na manhã da quarta-feira, 31, esse foi o tema debatido por mais de duas horas durante a 57ª reunião do Conselho de Transparência da Administração Pública, que integra a estrutura da Ouvidoria Geral do Estado (OGE).

FOTOS: FERNANDES DIAS PEREIRA



Reuniões – Encontros do Conselho podem ser vistos no YouTube, no canal da Ouvidoria Geral do Estado

Com a participação de representantes do Governo e da sociedade civil, colegiado debate, em reuniões mensais, ações de visibilidade da gestão estadual

Formado por representantes de diversas secretarias estaduais e também da sociedade civil (organizações não governamentais, associações, organizações sociais e pessoas físicas), além de entidades convidadas, o Conselho de Transparência se reúne mensalmente há cinco anos com um único propósito: sugerir e discutir mecanismos e ações para aprimorar a visibilidade e a clareza da gestão pública estadual – a transparência institucional no âmbito da administração paulista. Os encontros são transmitidos em tempo real pelo canal da Ouvidoria Geral do Estado *no* YouTube (<https://goo.gl/e7kuv4>).

Uma das deliberações do Conselho aprovadas é o Programa Transparência Paulista, que trouxe facilidade aos pequenos municípios ao oferecer modelo simplificado de site para que desenvolvam seus próprios portais de transparência. “Desde o início, está muito claro para nós, do Conselho, a atuação pela cultura da transparência. A Lei de Acesso à Informação (LAI) é de 2011; entretanto, desde 1999 o Estado de



Eunice: “Informações pertencem ao povo”

São Paulo dispõe da Lei de Proteção e Defesa ao Usuário do Serviço Público”, ressalta a presidente do Conselho de Transparência, Eunice Prudente.

Direito – A análise feita pela ouvidora adjunta Maria Ines Fornazaro sobre a participação da OGE no evento Ação Global, em Santana de Parnaíba, no último dia 27, comprova a relevância da atuação da OGE e do Conselho: “A experiência foi bastante positiva, não somente pelos atendimentos realizados, mas principalmente pelo didatismo com que pudemos observar e entender que aquela faixa da população praticamente desconhece a Ouvidoria e sua importância ao repercutir a voz do cidadão”, pontuou.

Atualmente, um grupo de trabalho discute no Conselho formas de aperfeiçoar a aplicação da LAI no âmbito da segurança, abrangendo, sobretudo, a Fundação Casa e as secretarias da Segurança Pública e da Administração Penitenciária. Integrante do grupo, Andrea Mustafa Moyses, da OGE, apresentou detalhes da última reunião, incluindo a necessidade de reformulação dos sites daquelas entidades.

Governo Aberto – Durante a reunião, esteve sob apreciação dos conselheiros o protótipo do novo portal da transparência da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), cujo lançamento está previsto para este mês. A diretora de tecnologia da informação, Malde Vilas Bôas, apresentou o projeto e relatou as dificuldades encontradas ao lidar com a abrangência de informações de uma fundação de grande porte.

Da OGE, Helena Pchevuzinske apresentou o relatório de desempenho do portal Governo Aberto SP (www.governoaberto.sp.gov.br) e reafirmou a necessidade de que os documentos sejam disponibilizados pelas secretarias em arquivo aberto para *download* e não apenas em pdf.

Para Eunice, é dever fundamental do serviço público oferecer à população detalhes de sua administração: “O servidor público precisa estar consciente de que o patrimônio que ele administra, as informações que ele detém, pertence ao povo brasileiro, porque, do outro lado, está a sociedade, que tem direito à informação”, evidenciou. “Temos de ouvir e aceitar a aproximação e o contato, inclusive aqueles que chegam de forma anônima”, completou Eunice, que também desempenha as funções de diretora técnica da Ouvidoria Geral do Estado e docente de Direito na USP.

Representando a sociedade civil por meio da Associação Brasileira de Ouvidores, o conselheiro Edson Luiz Vismona revelou alguns detalhes do projeto O Jovem e a Ética – realizado pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), em parceria com a OGE e a Secretaria da Educação. O levantamento ouviu estudantes de 14 a 24 anos. “Um dos resultados comemorados foi que, ao listarmos algumas atividades profissionais para os jovens, a de professor apareceu em segundo lugar como a mais ética, ficando atrás apenas dos bombeiros.”

Roseane Barreiros
Imprensa Oficial – Conteúdo Editorial

A serviço da transparência

A Ouvidoria Geral do Estado (OGE) foi instituída em 2015. Vinculada à Secretaria de Governo, é responsável pela política de transparência no Estado de São Paulo, além de ser o órgão central da Rede Paulista de Ouvidorias – sistema composto por 365 unidades distribuídas em todos os setores da administração estadual.

Com vistas a aperfeiçoar o funcionamento dessas áreas, a instituição promove treinamento de servidores e também elabora estatísticas sobre o grau de satisfação dos usuários. A OGE é ainda o órgão fiscalizador da aplicação da LAI e atua como instância recursal, ou seja, quando o cidadão não se sente satisfeito com uma resposta oferecida, ele pode recorrer à OGE.

O órgão é também responsável pela administração do Portal da Transparência (www.transparencia.sp.gov.br), que disponibiliza ao cidadão informações sobre licitações, contratos, salários dos servidores, aplicação do dinheiro de impostos. O instrumento favorece, dessa forma, o controle social pela população e permite acompanhar e fiscalizar as contas públicas.



Maria Ines – Experiência positiva



Helena – Governo Aberto



Vismona – O Jovem e a Ética